

MEC vai apurar alta proporção de alunos por professor em 11 faculdades

Razão chega a 500 para 1 em cursos a distância, e governo vê risco; citadas dizem ser bem-avaliadas

Isabela Pallares

SÃO PAULO Uma avaliação preliminar do Ministério da Educação encontrou indícios de desproporcionalidade na quantidade de alunos por professor em cursos de ensino a distância de faculdades particulares. Para avaliar se há risco à qualidade do ensino, a pasta decidiu apurar 11 instituições.

O estudo preliminar, feito pela Seres (Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior), identificou que essas 11 faculdades apresentam uma proporção de 500 alunos por docente em cursos a distância — a média é muito superior ao do restante da rede privada nessa modalidade, que é de 170 alunos por docente.

A secretária da gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também destacou que essa desproporcionalidade pode ter impacto significativo no sistema de ensino superior brasileiro, já que essas 11 faculdades concentram 65% de todas as matrículas do país em cursos a distância. Juntas, as instituições atendem mais de 2,8 milhões de alunos apenas modalidade a distância.

“O estudo preliminar, feito pela Seres (Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior), identificou que essas 11 faculdades apresentam uma proporção de 500 alunos por docente em cursos a distância — a média é muito superior ao do restante da rede privada nessa modalidade, que é de 170 alunos por docente.”

“Eles [as faculdades] contratam poucos professores que apenas gravam as aulas e acabam dando aula para alunos de várias regiões e até mesmo de cursos diferentes”

Maria Angélica Minhoto, professora de direito de Educação da Unesp

segundo os dados do Censo do Ensino Superior de 2022, que já havia apontado para forte avanço dos cursos de ensino a distância no país. Na ocasião, o ministro da Educação, Cárlos Santana afirmou que a concentração das matrículas, sobretudo na rede privada, é “alarmante e desafiadora” e anunciou que o governo Lula iria rever os critérios de regulação e supervi-

são para garantir a qualidade do ensino.

É a primeira vez que o Ministério da Educação cobra instituições particulares a prestarem esclarecimentos sobre a qualidade de cursos.

Um levantamento feito pela Folha mostrou que, com o avanço do ensino a distância, as matrículas do ensino superior estão cada vez mais concentradas em um número pequeno de instituições. Também revelou que as faculdades com mais alunos são as que têm maior proporção de estudantes por professor.

A Universidade Pitágoras Unopar Anhangüera, que concentra a maior fatia de matrículas, tem 1,235 alunos por professor. A instituição mais do que triplicou o número de estudantes em uma década (de 322 mil para 692 mil), ao mesmo tempo em que reduziu o quadro docente (de 708 para 523).

Já o Centro Universitário Leonardo da Vinci apresenta uma proporção de 2,594 alunos para cada professor. Com 660 mil estudantes, a instituição conta com 258 docentes. Essas duas instituições estão entre as 11 que serão supervisionadas para verificar a desproporcionalidade de

docentes. A reportagem procurou todas as instituições citadas pelo MEC, mas recebeu resposta de apenas três até a publicação.

De acordo com o documento da Seres, obtido pela Folha, o estudo foi feito após observação de “queda absoluta ocorrida nos últimos anos acerca do número de docentes em atuação na educação superior da rede privada”. Os dados do Censo mostram que as instituições privadas tinham 190 mil professores em 2015. O número caiu para 151 mil, em 2022, uma queda de 20,7% em sete anos. No mesmo período, o número de matrículas saltou de 6 milhões para 7,3 milhões.

“A razão aluno/docente na rede privada tem, portanto, crescido nos últimos anos, o que pode representar indicativo de deficiência na oferta da educação superior”, diz o documento.

Especialistas consultados pela reportagem afirmam ser importante a apuração do MEC, já que, nos últimos anos, as instituições de ensino conseguiram flexibilizar regras para a ampliação dos cursos a distância sem que fossem estabelecidos critérios para avaliar a qualidade do ensino.

Instituições que serão supervisionadas

- Universidade Estácio de Sá
- Universidade Cruzeiro do Sul
- Universidade Pitágoras
- Unopar Anhangüera
- Universidade Cidade de São Paulo (Unicid)
- Universidade de Franca
- Universidade Cesumar (Unicesumar)
- Centro Universitário Estácio de Riberião Preto
- Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (Uniplan)
- Centro Universitário Leonardo da Vinci (Univasvi)
- Centro Universitário Internacional
- Centro Universitário Estácio de Santa Catarina (Estácio Santa Catarina)

no oferecido por elas.

“As instituições têm autonomia para oferecer os cursos da forma como querem, e isso abriu o mercado de forma desordenada. O Brasil não tem uma avaliação consistente do ensino superior, por isso, não consegue cobrar cursos ofertados sem qualidade, que não formam os alunos para nada”, diz Oscar Hilpólito, professor da USP e especialista em avaliação do ensino superior.

Maria Angélica Minhoto, professora do departamento de Educação da Unesp, lembra que as instituições de ensino conquistaram uma série de flexibilizações na legislação nos últimos anos que podem ter favorecido a alta proporção de estudantes por professores, como a que permite a contratação de tutores no lugar de docentes para atuar nos polos.

“Eles preferem contratar tutores, por serem obviamente uma mão de obra mais barata. Assim, eles contratam poucos professores que apenas gravam as aulas e acabam dando aula para alunos de várias regiões e até mesmo de cursos diferentes”, afirma Minhoto, que estudou políticas de ensino superior.

Os especialistas ponderam que apenas o indicador da proporção de alunos por professor não é suficiente para aferir a qualidade dos cursos, mas dizem ser um bom ponto de partida para a supervisão. “O Brasil precisa do ensino a distância, é uma modalidade importante para garantir que o ensino superior chegue a todos. Mas precisamos que esses cursos tenham qualidade. Ter avaliações e supervisões criteriosas desses cursos é fundamental para garantir que os estudantes estejam recebendo uma educação de qualidade”, diz Hilpólito.

Em nome das faculdades Univasvi e Unicesumar, a Vitru Educação afirma que o procedimento atual é “apenas um pedido de informações feito pelo MEC, sem nenhuma consequência imediata para a instituição”, e que concorda com a necessidade de avaliações para aprimoramento da qualidade do ensino superior.

“A Vitru (VTRU) prestará todos os esclarecimentos ao órgão e entende estar em conformidade com a legislação, uma vez que apresentou o concreto institucional com nota máxima (5), avaliada pelo Inep, órgão vinculado ao MEC”, declara.

Também citando o órgão, a Cognia Educação, detentora da Pitágoras Unopar Anhangüera, diz que os cursos da instituição “possuem notas de excelência, obtidas por avaliações realizadas pelo Inep”.

Diz ainda que prestará todos os esclarecimentos, “com a certeza de que os cursos de educação a distância da instituição de ensino oferecem uma educação de qualidade, conforme atestado pelo próprio governo”.



O ministro da Educação, Cárlos Santana, pasta investigará instituições com proporção muito alta de alunos por professor

Marcelo Camargo - 1. Dez. 2023/Folhapress

SP avaliará diretor de escola; nota ruim pode causar demissão

SÃO PAULO O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) vai avaliar o desempenho dos diretores das escolas estaduais de São Paulo. Profissionais que não alcançarem um patamar considerado satisfatório poderão ser penalizados com a perda do cargo e até mesmo remoção para outra unidade.

Uma resolução com as regras sobre a avaliação foi publicada no Diário Oficial nesta segunda-feira (21) e passará a valer já neste ano letivo. Segundo o texto, a política atende aos “princípios da meritocracia e da busca contínua pela excelência no campo educacional”.

A avaliação dos diretores será feita com base em quatro indicadores: frequência, desempenho dos alunos, gestão de recursos e avaliação dos pais.

“A avaliação dos diretores será feita com base em quatro indicadores: frequência, desempenho dos alunos, gestão de recursos e avaliação dos pais”, diz o texto.

Desde que assumiu a Educação em São Paulo, o empresário Renato Feder vem defendendo, como forma de alcançar bons resultados, o acompanhamento por métricas do trabalho dos professores e diretores. Por isso, seu primeiro ano à frente da secretaria foi marcado pela adoção de uma série de ferramentas digitais para monitorar as atividades em sala de aula.

Agora, a frequência do uso dessas ferramentas digitais também será um dos critérios para a avaliação dos diretores.

Especialistas e professores têm argumentado que a imposição de plataformas desconsidera a realidade das escolas paulistas, já que a maioria não possui acesso a internet de qualidade nem dispõe de computadores em número suficiente para os alunos.

Segundo o Censo Escolar de 2022, 66,6% das escolas estaduais paulistas têm internet, sendo que 81,5% delas oferecem conectividade para uso dos alunos.

Ainda que a cobertura seja alta, dados do Mapa da Conectividade na Educação mostram que apenas 4,4% das unidades de ensino dispõem de internet com velocidade considerada boa. Em 66,2%, a velocidade é ruim ou péssima. No restante, não houve informação.

A Secretaria da Educação afirma que a norma é “mais um passo no sentido de aprimorar e qualificar a gestão das escolas estaduais paulistas”.

A resolução, publicada nesta segunda, define que a avaliação será feita bimestralmente pelas diretorias de ensino, que vão fazer uma análise quantitativa dos quatro indicadores. A partir dessa análise, será estabelecida uma nota de 0 a 10 para cada diretor — uma pontuação inferior a 5 é considerada insatisfatória.

De acordo com a pasta, o critério com mais peso no cálculo será a frequência escolar, acompanhada pelo projeto Aluno Presente, seguido do número de estudantes participantes na Prova Paulista e o do acesso às plataformas de ensino.

Segundo a resolução, os profissionais que tiverem nota inferior a 5 serão sujeitos a remoção para outra unidade

escolar ou para a sede da diretoria de ensino, poderão ser designados a voltar para o cargo de origem (professor) ou serem submetidos a um curso de capacitação.

A resolução diz que as penalidades só poderão ser aplicadas após o diretor apresentar às instâncias superiores “esclarecimentos, justificativas e discussão de possíveis medidas de aprimoramento”.

O texto define ainda que a remoção dos diretores pode ocorrer “a qualquer tempo após a avaliação bimestral”, cabendo ao dirigente regional de ensino garantir que eles sejam removidos para outra unidade de ensino.

Quando for secretário de Educação do Paraná, Feder implementou uma política de

avaliação semelhante à que estabeleceu agora para a rede estadual de São Paulo. Menos de um ano depois, diretores de algumas escolas foram removidos do cargo em que estavam, o que gerou protestos de alunos e professores.

Em nota, a Secretaria da Educação afirma que, a partir de agora, as diretorias de ensino terão “critérios mais definidos para avaliar o desempenho de seus diretores”, com base em índices de acompanhamento atualizados permanentemente pela pasta.

A pasta afirma ainda que incentivará o uso de plataformas educacionais como aliada no processo de aprendizagem, mas que esse recurso é entendido como “complemento e apoio à atuação dos professores em sala de aula”.